

Acórdão Interlocutório – Rejeição da Proposta Amigável

Processo n.º 1234/24.5T8LSB

Vara: 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa

Data: 14 de fevereiro de 2026

Autor: XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., NIF 504 321 987, com sede em Av. das Forças Armadas, 45, 1600-072 Lisboa, representada pelos seus mandatários, Dr. João Silva (OA 12345) e Dra. Maria Fernandes (OA 67890).

Réu: ABC – Consultoria Empresarial, Lda., NIF 212 345 678, com sede em Rua de São Bento, 112, 4000-123 Porto, representada por advogado a ser indicado.

Juiz relator: Dr. Carlos Mendes – Juiz da 2.ª Vara Cível do Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Processo Declarativo de Incumprimento de Contrato de Prestação de Serviços, nos termos do artigo 558.º e seguintes do Código de Processo Civil, nos quais a XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda. pretende a declaração de resolução do contrato celebrado com a ABC – Consultoria Empresarial, Lda., bem como indemnização por perdas e danos e a restituição dos pagamentos antecipados.

1. Relatório 1.1. A parte autora, nos autos, requereu a notificação da ré para que apresentasse proposta de acordo, nos termos do artigo 562.º, n.º 1, alínea c), do CPC.

1.2. Em 5 de janeiro de 2026, a ré apresentou proposta amigável, consistente em:

Item	Proposta da Ré
Resolução do contrato	Não reconhecida; a ré propõe apenas a “suspensão” das obrigações.
Indemnização	Pagamento de € 15.000,00 a título de “compensação por eventuais prejuízos”.
Restituição de pagamentos	Devolução de € 12.500,00 referentes a duas facturas pagas antecipadamente.
Prazo de pagamento	30 dias úteis a contar da assinatura do acordo.

1.3. A autora manifestou, por escrito, a sua recusa à referida proposta, alegando que a mesma não satisfaz integralmente os pedidos formulados na petição inicial, nomeadamente a declaração de resolução, a indemnização total de € 45.000,00 (valor calculado de acordo com o prejuízo efetivo) e a restituição integral dos € 30.000,00 pagos antecipadamente.

2. Fundamentação 2.1. **Da natureza da proposta amigável** – Nos termos do artigo 562.º, n.º 1, alínea c), do CPC, a proposta de acordo deve conter **todos os termos essenciais** para a solução do litígio. A proposta apresentada pela ré carece de dois elementos imprescindíveis:

- a) **Reconhecimento da resolução do contrato;**
- b) **Cobertura integral dos danos alegados.**

2.2. **Da insuficiência da indemnização proposta** – O cálculo apresentado pela ré (€ 15.000,00) não corresponde ao montante comprovado nos autos (€ 45.000,00), conforme demonstra o relatório pericial anexo (fls. 112-119). O princípio da boa-fé objetiva, consagrado no artigo 762.º do Código Civil, impõe que a proposta de acordo reflita a totalidade da responsabilidade civil do devedor.

2.3. **Da restituição parcial dos pagamentos antecipados** – A autora pagou, em duas facturas, o total de € 30.000,00, referentes a prestações que não foram executadas. A proposta de restituição parcial (€

12.500,00) viola o princípio da restituição integral previsto no artigo 876.º do Código Civil, bem como o disposto no contrato, que prevê a devolução total em caso de incumprimento grave.

2.4. Do dever de cooperação processual – O artigo 562.º, n.º 2, do CPC estabelece que a rejeição de proposta deve ser motivada e que a parte requerente tem o direito de prosseguir com a ação. A recusa da autora está devidamente fundamentada e demonstra a inexistência de acordo que satisfaça integralmente os pedidos.

3. Dispositivo Pelo exposto,

1. **Rejeita** a proposta de acordo apresentada pela ABC – Consultoria Empresarial, Lda., por não atender integralmente aos pedidos formulados pela XYZ – Serviços de Tecnologia, Lda., nos termos da petição inicial.
2. **Mantém** o prosseguimento do presente processo, com a continuação da fase de produção de prova, nos termos do artigo 563.º do CPC.
3. **Intima** a parte autora a apresentar, no prazo de 10 (dez) dias úteis, eventual proposta de acordo que contenha todos os termos essenciais e que satisfaça integralmente os pedidos, sob pena de preclusão.
4. **Intima** a parte ré a, no mesmo prazo, apresentar réplica à presente decisão, caso pretenda impugnar a rejeição ora efetuada.
5. **Regista** que o presente acórdão será publicado no Boletim de Avisos Judiciais e que a notificação das partes será feita por correio eletrónico certificado, nos termos do artigo 70.º do CPC.

Lisboa, 14 de fevereiro de 2026

Juiz Relator

Dr. Carlos Mendes

Juiz Presidente

Dr. Ana Ribeiro

Juiz Vogal

Dr. Luís Ferreira